

7 Reflexões e Considerações finais

O objetivo principal dessa pesquisa foi analisar como as identidades dos conselheiros tutelares foram construídas a partir do estudo das narrativas presentes nas entrevistas concedidas pelos mesmos. Tracei duas perspectivas centrais para este estudo. A primeira era referente à análise das narrativas tendo como foco as trajetórias pessoal e profissional de cada um. E a segunda era referente à análise das suas narrativas de trabalho, tendo como foco especificamente a posição dos conselheiros tutelares diante da violência contra crianças e adolescentes com deficiência.

A fim de alcançar os objetivos deste trabalho busquei ouvir e considerar as entrevistas concedidas por todos os 11 conselheiros tutelares. A audição de tais entrevistas me forneceu informações de grande amplitude sobre o Conselho Tutelar e principalmente serviram de base para o desenvolvimento desta pesquisa. A partir das entrevistas, procurei entender como se dá o trabalho do conselheiro e conhecer as dificuldades e satisfações que o cargo oferece. Busquei ainda compreender qual a importância do trabalho no Conselho no que concerne ao atendimento à crianças e adolescentes.

Este capítulo tem como objetivo retomar as questões apresentadas em cada seção de análise refletindo sobre as considerações finais de cada um dos aspectos discutidos. Mais ainda pretende propor algumas sugestões que possam de alguma maneira cooperar e beneficiar todo o trabalho apresentado nos Conselhos Tutelares no estado do Rio de Janeiro.

7.1 Refletindo sobre a análise das narrativas

Muitos temas e tópicos foram citados pelos conselheiros durante suas entrevistas. Questões como a religiosidade, a violência e, entre outros, o engajamento social atuam diretamente no processo de construção de suas identidades. Nesta seção, olharemos mais de perto para cada uma dessas questões propondo reflexões e sugestões. No capítulo 5, analisamos as narrativas dos conselheiros antes de sua chegada ao Conselho. Um dos primeiros tópicos

abordados pelos quatro entrevistados foi a respeito da maneira como ingressaram no cargo de conselheiros. Carlos diz que quando foi chamado por sua irmã para apoiar uma candidata ao Conselho ele não tinha conhecimento algum sobre o que era ou como atuava o Conselho Tutelar. No caso de Bruna, sua chegada ao órgão foi norteada pelo convite de um colega de trabalho. A conselheira também afirma que conhecia muito pouco do trabalho de conselheiro. A diferença, porém, entre Carlos e Bruna é que o primeiro aceitou o desafio prontamente e a segunda se mostrou bastante insegura com a possibilidade de ser eleita para o cargo. A trajetória de Ana se assemelha bastante com a de Bruna. Ana também foi convidada a se candidatar e também hesitou em aceitar, por não se achar totalmente capaz de exercer a função de conselheira. O mesmo ocorre com Thais. A partir desse panorama podemos compreender que o trabalho do Conselho Tutelar é muito pouco conhecido pela população em geral. É um órgão que se dedica basicamente a atender crianças e adolescentes de baixa renda e que ganha pouco divulgação na mídia. Consequentemente, há também falta de conhecimento sobre os deveres e atribuições do conselheiro tutelar, promovendo, assim, uma certa insegurança nos possíveis candidatos ao cargo, como foi visto nas narrativas das três conselheiras tutelares.

Outro aspecto relevante que apareceu durante as narrativas diz respeito à vinculação de alguns dos conselheiros com a religião. As três conselheiras em análise, Bruna, Ana e Thais, contam em suas entrevistas de que maneira a fé religiosa influenciou suas vidas. A conselheira Bruna, por exemplo, antes de aceitar se candidatar diz: *“me coloquei em oração e fui pedir pra que se fosse a vontade de Deus que se essa vontade crescesse em mim”*. Já Thais justifica sua entrada no Conselho a partir de um comentário de uma conhecida que diz que *“é preciso uma pessoa de Deus aqui dentro [no conselho]”*. Nessas e em outras citações, as conselheiras se constroem como pessoas de forte crença religiosa e de grande espiritualidade. Ao observarmos os relatos percebemos que a religiosidade gerou nelas uma vontade de ajudar o próximo e de se engajar em projetos em prol da comunidade.

Durante as entrevistas os conselheiros eram questionados, entre outras coisas, sobre sua formação acadêmica e profissional. Dentre os quatro

conselheiros analisados três possuem formação superior e apenas Ana não conseguiu cursar uma faculdade. Como foi mencionado na seção 4.5, não é preciso ter formação de nível superior para se candidatar ao cargo de conselheiro tutelar. Porém, tendo em vista a complexidade do cargo e as responsabilidades exigidas, acredito que se faz necessário refletir incisivamente sobre esta questão. Nesta pesquisa vimos que tanto os conselheiros graduados quanto a não graduada apresentam rotinas de trabalho parecidas. Sendo assim, esclareço que o objetivo desta pesquisa não é defender a exigência ou não de um curso superior para a candidatura do cargo. Pelo contrário, esta pesquisa pretende propor apenas uma reflexão acerca desta questão, que se mostra tão relevante.

Outro fator importante presente nas narrativas contadas pelos conselheiros é o engajamento social. Os quatro conselheiros relatam experiências de cunho social antes de entrarem para o Conselho. Seja em ONGs, em projetos sociais, ou em igrejas, os quatro apresentam uma trajetória similar. O comprometimento com o social parece ser uma característica coincidente da identidade dos candidatos a conselheiro e parece também ajudar na realização do trabalho no Conselho. Isso se dá, pois o profissional engajado em causas sociais está muito mais bem preparado para lidar com as situações dentro do Conselho do que alguém que nunca se envolveu nesse tipo de causa. Por isso, ter um histórico de engajamento em projetos sociais deve também ser uma das diversas exigências para a candidatura ao Conselho.

Nesta pesquisa, a temática da deficiência tem papel central. Durante as entrevistas, esse tópico aparece diversas vezes. Na subseção sobre o que é deficiência, observamos que os conselheiros tiveram dificuldade em definir o termo. Porém, suas narrativas a respeito do tópico mostraram que eles tinham estratégias para lidar com diferentes tipos de deficiência. Essa dualidade de percepções parece ter como responsável a falta de capacitação apropriada para o cargo. Se um conselheiro atende uma criança com deficiência e não é capaz de percebê-la, seu atendimento certamente não terá a propriedade e excelência que deveria. Almejando, portanto, a qualidade no atendimento e o bem estar da criança, é preciso refletir sobre a possibilidade de treinamento específico para os conselheiros tutelares com o intuito de prepará-los e melhor capacitá-los para o

cargo. Acredito que essa medida seria uma importante aliada no trabalho diário dos conselheiros na luta pelo bem estar de crianças e adolescentes com deficiência.

7.2 Algumas palavras finais

Esta pesquisa, que faz parte de um projeto maior unindo os profissionais de saúde do IFF e duas analistas do discurso da PUC-Rio, possibilitou a análise de apenas uma parte de tudo o que poderia ser estudado. Como pesquisadora, e como participante desta pesquisa, procurei traçar um caminho que me levasse não apenas a compreender a construção das identidades dos conselheiros tutelares, mas também a refletir sobre as propostas e melhorias que poderiam ser sugeridas a fim de amenizar o sofrimento de crianças e adolescentes com deficiência em situação de violência.

Minha preocupação desde o início dessa jornada era ampliar os conhecimentos sobre o cargo de conselheiro tutelar que é tão pouco conhecido e reconhecido no Brasil. O trabalho feito pelos conselheiros é digno de contemplação, pois, como ficou claro nesta pesquisa, a luta desses conselheiros para garantir a crianças e adolescentes os direitos assegurados por lei é diária. Ainda que, como vimos em muitas narrativas, os conselheiros tutelares sofram física e mentalmente por seu envolvimento com os casos atendidos, eles mostram que a busca por uma vida melhor para crianças necessitadas é muito satisfatória. Espero ainda que este estudo possa de alguma maneira contribuir para a formação de futuros conselheiros tutelares.

Este estudo foi muito importante para mim não apenas como pesquisadora, mas principalmente como pessoa. Através dessa pesquisa me permiti olhar para uma realidade tão dura e cruel, que mesmo estando diante dos meus olhos, eu não conseguia ver.

Para realizar esta pesquisa, foi preciso delimitar meu objeto de estudo. Porém, as entrevistas apresentadas pelos conselheiros poderiam ter sido olhadas de diversas maneiras distintas. Por isso, futuros estudos a esse respeito devem ser

feitos com o intuito de buscar novas propostas e sugestões para o problema da violência contra crianças e adolescentes com deficiência.

Espero que este estudo possa se tornar significativo não apenas para mim, mas também, em primeiro lugar, para conselheiros tutelares deste e de outros estados, cidades e bairros. Que eles possam, através da divulgação deste estudo, ter a oportunidade de refletir sobre seu trabalho e sobre suas responsabilidades e que possam se sentir orgulhosos do trabalho que realizam. Esta pesquisa pode, também, ser significativa para profissionais de saúde já que se presta à compreensão dos motivos que levam um indivíduo a ser conselheiro e de suas limitações. Que esta pesquisa permita também que ao trabalharem questões pessoais e profissionais, os profissionais de saúde possam tornar os conselheiros tutelares melhor capacitados para atender crianças e adolescentes vítimas de violência e instrumentalizá-los para a compreensão da abordagem da deficiência; para estudantes de letras e dos estudos da linguagem, para que estes possam perceber a validade e importância dos estudos narrativos; e, por fim, à todos que desejam que crianças e adolescentes, com deficiência ou não, deixem de ser vítimas da violência todos os dias no nosso país.